

Morte materna: uma tragédia evitável*

Carlos Eugenio de Carvalho Ferreira**

A mortalidade feminina por complicações associadas à gravidez, ao parto e ao puerpério representa, ainda hoje, um grande desperdício de vidas nos países em desenvolvimento.

Embora as estatísticas revelem acentuado declínio da mortalidade materna no decorrer deste século, os níveis ainda continuam muito elevados nos países do terceiro mundo. Os indicadores situavam-se entre 100 e 1000 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos, enquanto nos países mais desenvolvidos a mortalidade materna é da ordem de 7 a 15 óbitos por 100 mil. O contraste observado entre os níveis de mortalidade das regiões menos desenvolvidas e aqueles das regiões mais desenvolvidas revela uma verdadeira tragédia por complicações, em sua maioria evitáveis por intermédio de medidas eficazes de atenção à saúde materna. Esta questão vem sendo muito debatida nos meios científicos, envolvendo planejadores e profissionais da área da saúde. Já existem indícios de uma maior conscientização em torno do problema e da necessidade de ações concretas para reduzir a mortalidade materna.

O lançamento do livro *Morte materna: uma tragédia evitável*, editado

pela Unicamp, vem trazer uma contribuição muito importante a este debate, com uma linguagem de fácil compreensão, acessível a todos os profissionais com a atenção voltada à saúde, e, ao mesmo tempo, aprofundando o tema em toda a sua complexidade. Desde questões de ordem metodológica para o estudo do fenômeno até a problemática da prevenção da mortalidade materna são abordadas nos 11 capítulos que compõem esta publicação que envolveu 23 colaboradores da área médica.

A questão da qualidade dos dados necessários à análise da mortalidade materna foi abordada em detalhes, com sugestões de como melhorar a informação sobre o tema. A utilização das estatísticas de mortalidade, que em geral fazem parte dos sistemas tradicionais, traz implícitos problemas com a classificação errônea da causa básica, ou seja, casos de óbitos maternos considerados como não-maternos, por imprecisões e falhas no preenchimento da declaração de óbito, sobretudo devido às omissões intencionais do estado gravídico, que ocultam a origem obstétrica da morte nos casos de abortos ilegais ou em situações que podem gerar algum tipo de constrangimento.

* FAUNDES, A. & CECCATTI, J.G. – 1991. *Morte materna: uma tragédia evitável*. Campinas, Editora da Unicamp.

** Diretor Adjunto de Estudos Populacionais da Fundação SEADE.

Erros dessa natureza são comuns nas causas de morte maternas e as diferenciam, nesse aspecto, das demais causas de morte. A identificação de tais erros não se resolve no âmbito das instituições responsáveis pelo processamento dos dados, mas implica em pesquisas com prontuários médicos, registros hospitalares, entrevistas com famílias e, eventualmente, autópsias. Pesquisa promovida pelo Centro Brasileiro de Classificação de Doenças nos Municípios de São Paulo, ao final da década de 80, demonstrou que o coeficiente de mortalidade materna é, na verdade, de 99,5 por 100 mil nascidos vivos em vez de 44,5 por 100 mil, segundo os atestados originais.

Mesmo nas regiões desenvolvidas que possuem um sistema de estatísticas avançado, os "erros" de identificação do óbito materno ainda constituem um problema importante a ser resolvido. Nos Estados Unidos, por exemplo, no período de 1980 a 1985, 33% dos óbitos maternos estavam subnotificados. Na Inglaterra, o nível de sub-enumeração encontrada foi de 41% no período 1970-72.

A Organização Mundial da Saúde vem estimulando a formação de comitês de estudo e prevenção destas mortes, principalmente nos países em desenvolvimento. Nos Estados Unidos estes comitês atuaram desde o início do século e desenvolveram um sistema de identificação das mortes maternas que muito contribuiu para os programas de prevenção e redução da mortalidade materna, antes mesmo da disseminação da terapia antimicrobiana, das transfusões de sangue etc.

Esta publicação traz uma apresentação dos comitês de morte materna tal como foi concebido e implantado no Estado de São Paulo.

Com o objetivo principal de prevenir a morte materna, foram atribuídos aos comitês os seguintes níveis de atuação:

- conscientizar os profissionais de saúde sobre a importância do preenchimento correto das declarações de óbito, ressaltando quando se tratar de morte materna;

- estimular a notificação imediata de todo óbito materno ao comitê da sua região;

- solicitar, aos órgãos competentes, medidas necessárias para corrigir as deficiências detectadas;

- reavaliar continuamente os coeficientes de mortalidade materna;

- exercer função eminentemente ética, científica, educativa e informativa, sem caráter punitivo.

Evidentemente a questão da mortalidade materna em nosso país supera os limites da questão do atendimento médico, e reflete, em última análise, as condições reais de vida e saúde da população feminina. O quadro social de carências e pobreza de amplos setores da população transforma funções reprodutivas normais em complicações graves que podem levar à morte, diante da ineficiência dos serviços de atenção à gravidez e ao parto.

Os resultados do comitê de Marília, no interior do Estado de São Paulo, demonstram que 72% das mortes maternas no período 1986-1988 eram evitáveis por medidas médico/obstétricas, por controle pré-natal ou por assistência social. A maior parte das mortes (61%) ocorreram em partos operatórios (cesáreas), o que indica, por um lado, a grande frequência desse tipo de parto e, por outro, os riscos de complicações cirúrgicas a que estão expostas as mulheres durante o parto.

A proporção de partos cesáreos em nosso país está bem acima daquelas apresentadas pelos países mais desenvolvidos e, evidentemente, ultrapassam os limites das necessidades determinadas por complicações obstétricas, refletindo outros fatores como, por exemplo,

interesses em cirurgia para ligadura tubária, comodidade do médico, maiores honorários etc. Muitas evidências indicam que o parto cesáreo apresenta risco de mortalidade materna sensivelmente superior ao do parto vaginal, sobretudo quando as intervenções cirúrgicas são realizadas de forma indiscriminada. Esta questão ganhou destaque nessa publicação, que analisa as relações entre via de parto e mortalidade materna.

A preocupação com a prevenção da morte materna está presente no depoimento de todos os colaboradores desse livro e norteia a análise das causas de morte e das razões de tantas mortes de gestantes.

As evidências empíricas indicam uma nítida predominância das causas hemorrágicas, toxêmicas e infecciosas nos casos de morte materna no Brasil. A prevenção destas mortes exige intervenções que garantam o acesso ao sistema de saúde em todas as fases do ciclo reprodutivo da mulher. Algumas medidas específicas são também analisadas, destacando-se as intervenções para aumentar a cobertura do atendimento pré-natal, para assegurar o acesso ao atendimento nos níveis secundários e terciários e também melhorar a qualidade da assistência em todos os níveis.

A questão da influência do aborto como causa de morte é também amplamente discutida. Sua relevância na mortalidade materna, entretanto, parece ser menor que a esperada. No Brasil ela é menos freqüente que as complicações da gravidez, do trabalho de parto e do puerpério. Em 1985, as estatísticas de causa de morte indicavam que, do total de mortes maternas ocorridas no Brasil, 9,3% foram devidas a abortos. Mesmo considerando que a sub-enumeração pode ser maior nos casos de aborto, por se tratar de ato ilegal, várias pesquisas sobre o tema confirmaram a baixa participação do aborto em relação ao conjunto das demais causas.

Todas essas dimensões da mortalidade materna, abordadas ao longo do livro, adquirem uma força maior quando apresentadas em forma de resultados empíricos, como é o caso do relato da pesquisa realizada em Botucatu, no interior do Estado de São Paulo, que revelou um quadro dramático com relação aos riscos verificados.

Enfim, esta publicação representa um esforço importante no sentido de uma melhor compreensão da situação da mortalidade materna no Brasil e constitui, por outro lado, um estímulo aos pesquisadores sobre o tema.

Recebida para publicação em 02/10/92
Aprovada para publicação em 29/10/92